

VIDA CAPIXABA

REVISTA MODERNA ILLUSTRADA

FUNDADA EM 1923 — CIRCULA AOS SABBADOS

DIRECTOR: M. LOPES PIMENTA

REDACTOR: M. TEIXEIRA LEITE

Indicação e officios: AVENIDA CAPIXABA, 28 — TELEFONE 117 — CASA Nº

— VICTORIA — ESTADO DO ESPIRITO SANTO

ANNO IX

NUM. 264

Victoria, 21 de
fevereiro 1931

NIHILISMO

Haydée Nicolussi

PROBLEMA mais completo do momento para a nossa geração em guerra com todas as gerações passadas, visa abertamente, sem mais disfarces, através de todos os ramos da arte e da sciencia, amparar o instincto economista de cada ser no quadro transitorio e

ARTIGO

MULHERES ESCRITORAS E O DEBATE SOBRE O FEMINISMO NA IMPRESA CAPIXABA (1920 E 1930)

Lívia de Azevedo Silveira Rangel

Professora e pesquisadora pós-doc no Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas na UFES, com bolsa de pesquisa financiada pela FAPES/CAPES.

Maria Beatriz Nader

Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas na UFES e Coordenadora do Laboratório de Estudos "Gênero, Poder e Violência" da LEG/UFES.

Resumo

O feminismo tornou-se tema de debate na imprensa capixaba no auge da campanha pelos direitos políticos das mulheres. Sua difusão e reconhecimento ainda são historicamente pouco conhecidos. Este artigo busca, por meio da leitura de textos produzidos por escritoras capixabas que pensavam as pautas feministas, analisar de que forma as diferentes correntes desse movimento foram interpretadas no Espírito Santo e de que maneira encontraram recepção entre as mulheres do estado. Para isso, tomamos como principal fonte de pesquisa a revista *Vida Capichaba*. Nela, identificamos a formação de ao menos três vertentes feministas, de diferentes matizes ideológicos, as quais refletiam, ainda que com particularidades, os feminismos que estavam em vigor no contexto nacional.

Palavras-chave: Feminismos, Espírito Santo, mulheres capixabas.

Abstract

Feminism became a subject in Capixaba press during the peak of the campaign for women's political rights. How it spread and how it was recognized is still historically little known. This article aims, through the readings of those Capixaba writers who discussed the feminist agenda, to analyze in what ways the several different approaches of this movement were interpreted in the State of Espírito Santo and how it was received by the women there. For this purpose, the magazine "*Vida Capichaba*" was used as the main resource. It was possible to identify through it the formation of at least three different feminist approaches of different ideological lines, which showed the particularities of feminism that were at stake at the time.

Keywords: Feminisms, Espírito Santo, Capixaba women.

Introdução

A relação das mulheres literatas com a imprensa e com o pensamento feminista, ou das mulheres feministas com a imprensa e com a literatura, não é de toda novidade. Pelo contrário, é uma temática que vem se constituindo como alvo de grande interesse para pesquisadoras/es da área de História e disciplinas afins.

Na busca por fazer emergir o cenário da presença, da memória, do cotidiano e dos múltiplos papéis sociais desempenhados pelas mulheres, as/os estudiosas/os foram levadas/os, por vezes, a associar o feminismo à prática literária exercida pelas mulheres. Isso porque, de acordo com a historiadora Zahidé Muzart (2003, p.227), o próprio esforço de uma mulher em se tornar escritora consistia em uma prática de enfrentamento que anunciava o desejo de expansão para além dos limites domésticos. Não por acaso, essa autora afirma que o "esquecimento de escritoras do século XIX é um esquecimento político", visto que,

quanto mais afinadas com o debate do feminismo, mais opacas se tornaram para a posteridade.

Outra autora que trabalha com o imbricamento dessas questões é Constância Lima Duarte (2003). A pesquisadora reforça a ideia de que o percurso das mulheres na literatura brasileira esteve sempre em diálogo com os movimentos feministas¹. O que ajuda a elucidar uma série de questões. Uma delas é a de como lidar com discursos tão paradoxais, que transgrediam ao mesmo tempo em que eram porta-vozes

¹ Para Constância Lima Duarte, o feminismo deve ser compreendido em um sentido amplo. Ela entende que feminismo é "todo gesto ou ação que resulte em protesto contra a opressão e a discriminação da mulher, ou que exija a ampliação de seus direitos civis e políticos, seja por iniciativa individual, seja de grupo" (2003, p. 152). Essa definição abrange um conjunto de atos que, por não serem propriamente resultantes de um movimento organizado, apontam para a existência de práticas feministas também na esfera doméstica, no trabalho, em todo plano de experiência e de vivência que nem sempre é publicamente visível, ou, embora arquitetado no mundo público, nem sempre se assemelha a uma prática de militância.

do *status quo*. Nesse sentido, entende que essas não são posições que se anulam, pois, as mulheres escritoras e literatas interiorizaram por meio de criativas e diferentes estratégias, as perspectivas feministas. Em contato com a imprensa, todas elas se expuseram à incompreensão e à crítica, o que, inevitavelmente, eram formas de subverter valores e imagens tradicionais a elas destinadas.

Estas são perspectivas históricas bastante férteis para se pensar na construção dos discursos e nas práticas feministas em diferentes temporalidades e espaços sociais, principalmente por ajudarem a ampliar o conceito de feminismo. Este, por intermédio de visões reducionistas, costuma ser entendido como um movimento articulado de mulheres que se reuniram em torno de determinadas bandeiras, como se o feminismo, do século XIX e início do século XX, para nos deter apenas na chamada "primeira onda", não tivesse se manifestado de forma multifacetada. Como se, além da militância organizada, não tivessem existido outras formas de resistência. Assim, o alargamento do conceito permite que os momentos iniciais das lutas feministas, dentro dos diferentes contextos regionais, sejam valorizados.

Neste último aspecto, embora na historiografia haja um crescente interesse pela questão regional, no que se refere à História das Mulheres e ao tema do feminismo em específico, faltam estudos que contemplem essas problemáticas, que afloram a partir da relação/confronto entre uma determinada realidade local e um referencial histórico mais amplo. É o que aponta Mary Del Priore (1998, p. 234), ao constatar que faltam historiadoras/es que se debruçam sobre pesquisas com recorte regional, "que nos permitam resgatar [as mulheres] de regiões do país onde o tema ainda não despertou vocações".

Tais parâmetros de análise, tanto o que associa o feminismo à literatura, quanto o que, por consequência, amplia o conceito de feminismo, são fundamentais para se analisar o que está em foco neste artigo: um estudo sobre a manifestação de posições e vozes feministas na imprensa capixaba, durante as

décadas de 1920 e 1930. Para tanto, serão observadas de perto a relação entre a vocação para a escrita e para a literatura e a produção de falas e discursos feministas de mulheres que, de maneira geral, pertenciam a uma elite intelectualizada do Espírito Santo. O objetivo é compreender o modo como essas mulheres que protagonizaram o debate sobre o feminismo fizeram um uso explícito desses pressupostos, numa sociedade tão marcada pelas especificidades hierárquicas de gênero, produtoras de formas sexistas de se conceber os lugares ocupados por homens e mulheres, no espaço público e privado, para se reafirmarem como intelectuais e formadoras de opinião.

O artigo se concentra na maneira como os discursos feministas foram elaborados na imprensa pelas mulheres escritoras do Espírito Santo, mais especificamente em um importante órgão da imprensa local, a revista *Vida Capichaba*. De coloração literária, a revista reuniu em torno de suas publicações diversos escritores e escritoras, que ali expressaram seus talentos e edificaram reputações, colocando em circulação boa parte do que produziam. Nesse espaço, que se constituiu como uma rede de sociabilidade, um lugar "de fermentação intelectual e de relação afetiva" (SIRINELLI, 1996, p. 249), os discursos literário e político, não raro, se entrelaçaram. Foi muito por meio desse recurso que as mulheres capixabas – literatas, jornalistas, mulheres cultas que atuaram em diversas áreas profissionais – exploraram as possibilidades fornecidas pela imprensa para dar amplitude a suas opiniões, projetos e expectativas. Dentro de um amplo número de colaboradores que escreveram para esse periódico, o destaque dado ao núcleo de mulheres que ali publicaram, respeita a ideia de que foram elas as promotoras de um debate que buscou definir, explicitar e promover os ideais feministas no contexto da sociedade capixaba.

Mulheres e imprensa: o feminismo nascente

Assim como outros órgãos da imprensa que surgiram no alvorecer do século XX, no rastro da proliferação das revistas ilustradas, a revista *Vida Capichaba* inaugurou na sociedade local um novo espaço de circulação de ideias. Nesse momento, a articulação com os elementos modernos era inevitável tanto no que tange à linguagem visual associada à montagem gráfica das revistas, quanto no que diz respeito aos projetos e reflexões que nelas passaram a ser veiculadas. As revistas ilustradas assinalaram uma nova fase não só na história da imprensa como também simbolizaram um marco de mudança na história da sociedade, cumprindo papel estratégico na formulação do moderno (DE LUCA, 2006). Isso fez com que seu sucesso estivesse necessariamente encadeado à sua capacidade de dialogar com o cotidiano, de abordar futilidades dando-lhe aspecto útil, de combinar humor à experiência drástica e desestabilizadora da modernidade, de ser geral sem deixar de ser específica e de ramificar seu conteúdo para atingir o máximo de leitores.

Tal mudança proporcionou às revistas a possibilidade de se especializarem cada vez mais como veículos condutores de cultura e entretenimento, expandindo, além disso, o campo da discussão intelectual, em muitos sentidos atrelado à prática literária. Essa aproximação entre homens e mulheres de letras com a imprensa periódica já foi bastante comentada e estudada por autoras/es que vislumbraram nessa relação tanto o retrato de uma indústria do livro de difícil inserção, que forçava os literatos a se refugiarem na imprensa, quanto a oportunidade de criação de um microcosmo intelectual que expressava a própria dinâmica interativa entre as/os autoras/es e aquelas/es que as/os recepcionavam (SEVCENKO, 2003).

É nesse contexto que o feminismo adentra o conteúdo da imprensa. Se tímido no século XIX, articulado quase que exclusivamente às publicações dirigidas por mulheres, o feminismo se torna, no século XX, um dos grandes motes que polarizam e

polemizam as opiniões na imprensa. Falar, escrever, publicar e associar-se à causa feminista, não que tenham deixado de serem vistas como atitudes *déclassé* por parcela da opinião pública, passaram, na virada do século, e conforme avançadas as décadas, a serem consideradas atitudes dignas e propositadas, alcançando maior grau de aceitação e respeitabilidade (HAHNER, 1981).

Um dos fatores que contribuíram para que o feminismo se tornasse um discurso socialmente aceito, tem a ver com o aumento na circulação de textos sobre as mulheres e de textos escritos por mulheres nos jornais e nas revistas brasileiras. Conjuntamente a tal fato, somam-se mais duas razões que possibilitaram ao feminismo emanar uma aparência menos ameaçadora no início do século XX, tornando-se um assunto adequado para ser discutido nas mais respeitadas instâncias. A primeira dessas razões está vinculada à repercussão que as lutas feministas internacionais vinham alcançando, enquanto a segunda advém da adoção, por parte das feministas brasileiras, de um discurso mais brando, porém mais estratégico, quando comparado à fala “ansiosa” de suas predecessoras. Tal posicionamento fez com que o movimento feminista, protagonizado principalmente pela luta sufragista, ficasse conhecido como um movimento moderado, de mulheres educadas, de boa estirpe social e dispostas a não encarnarem a figura subversiva, rebelde e mal comportada (PINTO, 2003). Obviamente que tal prudência não garantia unanimidade. Os antifeministas continuavam a discursar sobre o absurdo de quererem as mulheres se “masculinizar”, desejando exercer funções que não condiziam com a sua “delicadeza”, a sua “meiguice” e a sua “natureza subserviente e prestativa” para tudo o que dizia respeito ao bem-estar da família e da casa.

A escolha por empregar um discurso mais maleável, ainda que firme em seus objetivos, partiu da constatação das lideranças feministas daquele período de que sem a simpatia de uma parcela dos representantes políticos e da opinião jornalística seria impossível chegar aos resultados que almeja-

vam. Para tanto, as feministas, em especial as que estavam organizadas em associações de campanha pelos direitos políticos das mulheres, concentraram seus esforços em criar estratégias que fortalecessem o seu vínculo com a opinião pública, ao invés de fragilizá-lo. Algumas das medidas tomadas por elas, para pôr em prática seu plano de manobra, incluía o acesso à imprensa e à “publicidade junto com o sábio uso de relações pessoais dentro do círculo do governo” (HAHNER, 1981, p. 112), táticas que demonstravam ser de grande utilidade para a causa.

A imprensa, na cruzada feminista, ocupou lugar estratégico. Na verdade, ao menos desde a primeira metade do século XIX, a imprensa tem sido importante aliada como instrumento de disseminação das ideias feministas no Brasil, tornando-se também o primeiro dispositivo em torno do qual as mulheres puderam se organizar. No entanto, antes que os jornais e as revistas não especializadas, de grande público, se tornassem importantes veículos de debate, propaganda, difusão e controvérsias, que ajudavam a manter o tema feminismo em alta, as mulheres vinham, de há muito, colocando em circulação os ideais de emancipação do “sexo feminino”, criando canais próprios para as suas reivindicações. Essa atitude veio romper com o formato da imprensa tradicional, “que dedicava ao público feminino tão-somente temas como bordados, cosméticos e modas” (MUZART, 2003, p. 227).

As pioneiras

O primeiro periódico feminino surgiu em 1827, no Rio de Janeiro, chamado *O Espelho Diamantino*, nasceu, como aqueles que o sucederam, sob o signo da literatura, acompanhado logo depois pelo da moda (BUITONI, 1986). *O Espelho das Brasileiras* fez sua estreia pouco tempo depois, no ano de 1831, na cidade de Recife. Com títulos alegóricos, como *A Camélia*, *A Violeta*, *A Crisálida*, *A Borboleta*, *A Grinalda*, esses jornais abriram espaço para a voz feminina ao mesmo

tempo em que cultivavam a imagem do “anjo do lar”, reforçando o papel tradicional da mulher na sociedade (MARTINS, 2008). O deslocamento para uma postura mais questionadora e crítica se deu com o despontar do periodismo feminista no Brasil – marcado pela circulação de *O Jornal das Senhoras* (1852), *O Bello Sexo* (1862), *O Sexo Feminino* (1873) e o jornal *A Família* (1888) – momento em que suas fundadoras e diretoras passaram a escrever artigos que salientavam a necessidade de se conquistar direitos, principalmente os relacionados à educação, ao trabalho e, posteriormente, aos políticos. Adotando uma perspectiva feminista muito mais nítida, a partir de então, as mulheres começaram a utilizar a fórmula literatura-imprensa como canal de expressão. Foi assim que escritoras, cronistas, literatas e poetisas, que já pensavam a condição subalterna da mulher, se apropriaram do jornalismo para se fazerem representar no debate que elas mesmas motivavam, acerca da necessidade de os direitos das mulheres serem reconhecidos.

Essa relação intrínseca entre feminismo e literatura é marca característica da trajetória de ambos no Brasil. Não só o feminismo encontrou nas escritoras brasileiras um reduto onde proliferar, como as próprias literatas puderam integrar à sua visão de mundo uma perspectiva menos resignada e, por sua vez, mais atenta às hierarquias de gênero que permeavam a situação da mulher. Nomes como o de Júlia de Albuquerque, Narcisa Amália de Campos, Francisca Senhorinha da Motta Diniz, Josephina Álvares de Azevedo e Presciliana Duarte de Almeida foram pioneiros na iniciativa de tecer essa relação, cada vez mais complementar, entre a literatura e o engajamento feminista. Na direção de seus respectivos periódicos, elas inovaram a tônica de suas produções literárias incentivando a adesão de outras mulheres como colaboradoras e como partícipes da mesma causa (DUARTE, 2003).

É fato que a partir da segunda metade do século XIX as publicações periódicas dirigidas e redigidas por mulheres proliferaram. Contudo, esse número foi significativamente reduzido na medida em que

se aproximava a virada do século. Nos estudos que tratam da imprensa feminina e feminista² constata-se uma quantidade de revistas e jornais escritos por e para mulheres no decorrer do século XIX bem superior ao número de títulos que são mencionados como pertencentes à mesma categoria nas primeiras décadas do século XX. As razões para tal redução podem ser muitas. Sem adentrar aqui na questão do surgimento do fenômeno da “grande imprensa”, que teria inviabilizado a manutenção de vários pequenos periódicos de estrutura basicamente artesanal, pode-se articular a ideia de enquadramento que o feminismo sofreu para caber num conceito que ajustasse o “destino biológico” ao “destino social” da mulher (NADER, 2001).³

Adentrando o século XX, no entanto, outras escritoras selaram seu compromisso com a imprensa e com o debate político. Elas se depararam, nesse momento, com uma conjuntura bastante diferente da enfrentada pelas primeiras editoras e periodistas. O contexto não era mais o do Império, e a estrutura dos grandes centros começava a abandonar a fisionomia provinciana. A República dava seus primeiros passos e vinha acompanhada da promessa de modernidade, reforma e progresso, novidades que, inevitavel-

mente, repercutiram em mudanças no conteúdo e no papel desempenhado pela imprensa, bem como nas exigências morais que recaíam sobre a mulher. Foi preciso que, concomitante ao novo cenário, as mulheres se adaptassem, e adaptassem seus discursos, ao movimento ascendente da imprensa e do próprio movimento feminista.

O número de mulheres que editavam jornais e/ou neles escreviam cresceu em uma época anterior ao da modernização da imprensa, com o aparecimento de novas publicações feministas, como o jornal *O Direito das Damas* (1882), de Idalina d'Alcantara Costa; *Echo das Damas* (1885), de Amélia Carolina da Silva Couto e *A Mensageira* (1897), de Presciliana Duarte de Almeida. O que esses títulos mantinham em comum com os órgãos feministas das décadas anteriores esbarrava nos traços que seriam abandonados pelas gerações seguintes, a começar o discurso, que entre as feministas de maior reputação, as mais conhecidas e legitimadas, vai se abrandar. Essa mudança, antes de representar simples adesão a uma postura mais conservadora, esteve particularmente relacionada ao impacto da história sobre as táticas feministas. Sendo o feminismo uma busca constante, ele não está por isso isento da influência do tempo e, portanto, “da influência da mudança dos contextos políticos sobre o pensamento e as ideias, bem como sobre a militância das sucessivas gerações de feministas” (SCOTT, 2002, p. 152).

A mudança na relação da mulher com a escrita ocorreu igualmente por meio de uma série de abandonos e ajustes. Se, como assinala Roger Chartier (1995), a mulher usava como recurso frequente o anonimato para dissimular a sua identidade, sendo esse um dos traços marcantes da escrita feminina durante os séculos XVII, XVIII e XIX, a partir de 1900 esse se torna menos um instrumento de ocultação do que de afirmação de uma nova identidade⁴. O mesmo

4 Esses traços são certamente insuficientes para qualificar a escrita feminina, pois muitos deles caracterizaram também a relação do homem com tal prática. No entanto, por mais que essa escrita tenha sido marcada por um “código de comportamento partilhado pelos dois

procede com o destino de suas obras, secularmente destinadas a um público familiar e restrito, no século XX passam a adquirir cada vez maior projeção, principalmente por meio da imprensa.

No Espírito Santo, essas alterações também foram sensíveis, tanto no que se refere à participação das mulheres nos meios de comunicação, quanto ao próprio envolvimento delas com a escrita e, sobretudo, quanto à inscrição de um teor feminista nos textos das escritoras capixabas. Se a década de 1880 marcou a entrada das mulheres espírito-santenses na imprensa local, com a divulgação de suas produções literárias, os anos de 1920 assinalaram a maior densidade dessa exposição, assim como o despontar de um discurso mais ousado e filiado a propósitos feministas.

Uma das primeiras escritoras capixabas a obter reconhecimento e a se tornar notável no circuito literário do Espírito Santo chamava-se Adelina Tecla Correia Lyrio⁵. De acordo com Mesquita (1999), Adelina Tecla foi uma das primeiras escritoras a publicar seus textos de forma contínua na imprensa. Data de 1882 o ano em que ela se tornou colaboradora assídua do jornal *Província do Espírito Santo*, assumindo igual posto no ano de 1883 no jornal *A Folha da Victoria*. Ao lado de Ormindia Escobar Gomes, Cecília Pitanga, Cacilda Werneck e Sílvia Meireles da Silva Santos, Adelina Tecla representou uma geração de mulheres pioneiras nas letras capixabas, sendo um símbolo fundamental para as gerações vindouras, pois no entendimento de Norma Telles (2004, p. 409), o processo de fazer-se escritora requeria uma sequência de homicídios e de renascimentos, pois

sexos”, com as mulheres acatando normas e convenções que as mantinham numa posição marginal e dominada, não há como se esquivar da noção de que as condições que cercavam essas alternativas (anonimato, edição, notoriedade) eram diferentes para homens e mulheres (CHARTIER, 1995).

5 Francisco Aurélio Ribeiro (1998) elenca o nome de duas escritoras capixabas que teriam se formado numa geração de escritoras anterior a de Adelina Tecla. Seriam elas: Mariana da Conceição Barata e Amália Augusta Nobre Figueiroa. A primeira chegou a publicar versos no jornal *Correio da Victoria*, em dezembro de 1849, enquanto a última é citada apenas como uma mão pródiga para a escrita de composições, não ficando explícita a sua participação na imprensa.

As mulheres, antes de tentarem a pena cuidadosamente mantida fora de seu alcance, precisariam escapar dos textos masculinos que as definiam como ninharia, nulidade ou vacuidade [...] [tendo] de adquirir alguma autonomia para propor alternativas à autoridade que as aprisionava.

Sem ter havido no Espírito Santo, como em tantas outras partes, a publicação de periódicos fundados e dirigidos por mulheres, as produções literárias das escritoras capixabas tiveram que disputar espaço, em desvantagem, com a escrita de autoria masculina. Isso fez com que o perímetro de acomodação dos textos escritos por mulheres ficasse significativamente reduzido, posto não haver nenhuma iniciativa que desse prioridade a elas como colaboradoras. Na ausência, portanto, de órgãos da imprensa específicos, as escritoras capixabas, tanto do final do século XIX quanto do início do século XX, ficaram comprimidas entre duas possibilidades de publicação: os jornais, com seus suplementos literários, e a imprensa feminina.

No caso do Espírito Santo, os jornais voltados para o público feminino foram fundados e dirigidos por homens. Foram esses os primeiros órgãos de imprensa a propiciar às mulheres capixabas assumirem funções de redatoras. A primeira mulher que ocupou o cargo oficial de redatora foi Dona Octavia Mululo, responsável pela redação do periódico *Magnolia*, fundado em fevereiro de 1884 (PEREIRA, 1979). Somente no ano de 1913, no periódico literário *Alvorada*, que não tinha as mulheres especificamente como público-alvo, é que vamos novamente encontrar uma mulher como redatora permanente de um jornal. Maria Leonidia Pereira fará questão de, no primeiro número desse semanário ilustrado, redigir que o objetivo do periódico não era outro “senão o de abrigar em suas columnas as produções literárias da mocidade de ambos os sexos” (PEREIRA, 1979, p. 78), abrindo prerrogativa para a participação das mulheres. Anterior ao semanário *Magnolia*, somente o *Jornal das Moças* se caracterizaria, no Espírito Santo, como um

2 Imprensa feminina e feminista são dois conceitos distintos. A imprensa feminina se define pelo público a que se dirige, ou seja, é dedicada exclusivamente às mulheres. De modo geral, contém assuntos convencionais vistos como apropriados para o perfil social feminino: receitas, conselhos matrimoniais, dicas de moda e decoração, cuidados com a pele, fofocas, orientações para a criação dos filhos. Já a imprensa feminista tem por principal característica ser fundada, dirigida e escrita por mulheres e a de possuir objetivos e conteúdos nitidamente políticos (BUITONI, 1986).

3 Embora as publicações dirigidas por e para as mulheres tenha decrescido com o advento do século XX, é registrada, em contrapartida, a crescente legitimação do movimento feminista com a fundação de organizações que oficializaram e buscaram centralizar os projetos feministas. Associações como a Legião da Mulher Brasileira, organização de serviço social criada no Rio de Janeiro, em 1919, ou como a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, fundada em 1920, ou como a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, de 1922, sistematizaram a campanha e deram a ela a patente sufragista, que acreditavam ser capaz de potencializar a superação das barreiras que impediam a formação de uma sociedade mais plena, com a mulher assumindo a direção de seu próprio destino.

órgão da imprensa feminina. Esse periódico fez sua estreia em abril do ano de 1877. E, segundo descrição de Amâncio Pereira (1979, p. 71), era ironicamente um “pequeno periódico dedicado ao sexo feminino e redigido por um pai de família”.

A imprensa capixaba se constituiu, portanto, como um canal expressivo de divulgação da escrita de mulheres. Nomes como o de Ormindá Escobar, geralmente encoberto pelo pseudônimo de Alcina Mary, Narcise Araujo, Malvina Lyrio e outros são citados como pertencentes ao elenco de colaboradoras de muitos periódicos que circularam nessa época. No século XIX, contudo, os textos, poemas, artigos, notas, não ultrapassavam muito a fórmula miscelânea, ou seja, um pouco de tudo sem aprofundar nada. Houve, até por volta dos anos 1920, certo silêncio, conformismo e introspecção das mulheres capixabas que escreviam na imprensa. Não havia diálogo, por exemplo, com os debates sobre os direitos reivindicados das mulheres, os quais preenchiam páginas e páginas de jornais Brasil a fora, e que moviam adiante os temas que eram caros às feministas.

Essa é uma situação que, no Espírito Santo, só começa a mudar a partir da segunda década do século XX, quando da fundação da revista *Vida Capichaba*, na qual as mulheres passaram a colaborar em maior número, elaborando ali reflexões subsidiadas também pelos projetos e ideais feministas. Assim, a geração de mulheres capixabas que viveu os anos 1920 e 1930 multiplicou a arena de participação/intervenção feminina na vida pública. Pelas vias do discurso, elas fizeram circular ideias relativas à ação e ao pensamento que perpassava a convicção de que as mulheres tinham direitos e que era preciso lutar por eles.

O tema feminismo nas páginas da revista *Vida Capichaba*

Assim como outros temas em voga, como o modernismo, o embelezamento urbano e os meandros da política oligárquica, o feminismo também se tornou

um assunto popularizado na imprensa nos anos 1920. A sua recepção na revista *Vida Capichaba* se deu de maneira relativamente abrangente e o tema ocupou um espaço relevante. Não sendo nem exclusivamente voltada para o público feminino, nem comprometida com a defesa dos direitos políticos e civis das mulheres, a revista ainda assim abriu caminho para reflexões nesse sentido. O que contribuiu para a circulação e difusão desses ideais entre as mulheres da elite capixaba.

O primeiro artigo publicado pela revista a tratar diretamente sobre a temática saiu no mês de abril do ano de 1924. Escrito por Oswaldo Poggi, advogado e um dos colaboradores frequentes do periódico, o texto, intitulado “*Direito Político às Mulheres*”, enumerava uma série de ressalvas que deveriam anteceder à concessão de direitos formais às mulheres. Concordava que o Estado devia amplos direitos políticos às solteiras e viúvas, perfeitamente independentes, mas às casadas, “a bem da ordem familiar, que é base da ordem social, não devem caber taes direitos” (*Vida Capichaba*, n. 20, abril de 1924). Eloquente, o autor lança mão de ardis jurídicos para justificar sua posição a respeito do assunto, concluindo que a única solução para a mulher casada, se essa desejasse usufruir de seus direitos individuais, era o divórcio. Essa era a única situação que lhe permitiria exercer direitos políticos, mas que, a contrapeso, lhe imputaria uma posição delicada, no fundo desencorajando a prática. Ao fim e ao cabo, decidiu que tal assunto “é sobremodo importante para que, de uma só penna, se venha a dizer tudo”.

De fato, o tema não se esgotou aí. Não só a polêmica sobre o divórcio voltou a vigorar no interesse dos colaboradores da revista, como o tema “feminismo” continuou a provocar debates, comentários e opiniões, favoráveis e discordantes. Ainda no ano de 1924, outro cronista se ocupou de tal assunto. De maneira muito “rancorosa” e até ofensiva, rechaçou o movimento, tomando-o como uma atitude demagógica, da qual as mulheres de “boa índole” deveriam se manter afastadas, evitando imitar “a preocupação

doentia de inglesas, mais ou menos dentuças, que [nada mais farão do que] nos conduzir ao mão trilha, por onde andam a peregrinar as aberrações do sexo” (*Vida Capichaba*, n. 35, novembro de 1924).

As investidas antifeministas foram mais longe, uma vez que, por mais de quatro anos, os argumentos antifeministas preponderaram nas páginas da *Vida Capichaba*. A revista continuou a divulgar opiniões antagônicas ao feminismo até 1928, quando, a partir daí, houve uma virada e os artigos cujos conteúdos defendiam o feminismo como a expressão da liberdade da mulher ganharam maior relevo e passaram a circular em maior número. No entanto, a análise de conteúdo realizada no periódico, cobrindo uma década de edição da revista, mostrou que o feminismo não foi um tema abundante numericamente na *Vida Capichaba*. De acordo com esse levantamento⁶, longos intervalos interpuseram a publicação de artigos envolvendo a questão, o que tornou este um debate descontínuo, de periodicidade irregular, porém de grande relevância naquele contexto.

Os anos de menor repercussão foram 1929, 1930, 1932 e 1933. Sendo que, em 1930, constata-se um relativo silêncio a respeito do tema. Aparentemente, tal “esquecimento” poderia estar relacionado à conjugação dos novos fatores políticos. De acordo com Fernando Achiamé (2005), a iminência do golpe de Estado que levou Vargas ao poder e instaurou a Junta Governativa, no Espírito Santo, produziu efeitos imediatos na revista *Vida Capichaba*, que logo aderiu ao novo governo dando continuidade à sua tradicional postura conciliadora frente à política estadual. Isso representou para os seus diretores um amplo esforço em manter inalterada a costumeira cobertura dada às realizações governamentais que, desde a primazia oligárquica no Estado, se fazia acompanhar por meio de suas páginas.

No outro extremo, identificamos os anos de maior repercussão de textos abordando o feminismo

na *Vida Capichaba*, dentro dos quais se destacam os anos de 1928 e 1934. Essas são datas que deixam entrever o quanto a ocorrência mais copiosa desses discursos não correspondeu a uma sequência de eventos aleatórios. Pelo contrário, sofreu o impacto de eventos externos, de projeção nacional, os quais ajudaram na retomada da questão dos direitos políticos e civis das mulheres nas páginas da revista, renovando as expectativas e introduzindo novo fôlego. Dois acontecimentos estão associados: a candidatura e a eleição do Senador Juvenal Lamartine para Presidente do Rio Grande do Norte e a promulgação da Constituição de 1934. Ambos demarcam o início e, digamos, o fim das conquistas formais a respeito da aquisição do voto feminino no Brasil (SOIHET, 2006). Essas se constituíram como razões de grande impacto por terem incitado não só maiores reflexões sobre a importância da admissão das mulheres como cidadãs, mas também por terem ajudado a impulsionar a mobilização feminista para além dos centros onde esses movimentos já haviam estabilizado as suas forças. Houve, com isso, um salto na quantidade de mulheres envolvidas em organizações de apoio à causa sufragista.

Não é de se estranhar que os períodos mais densos de divulgação da temática do feminismo na *Vida Capichaba* tenham coincidido com os períodos de maior agitação das principais questões atreladas à luta feminista. Tais episódios geraram grande repercussão não só no Espírito Santo, como em diversas partes do Brasil, produzindo, em muitos desses lugares, verdadeiras ondas de inquietação. Desse modo, foi somente a partir de 1928, que a *Vida Capichaba* passou a veicular ensaios críticos escritos por mulheres tratando especificamente sobre as questões relevantes para o feminismo. Ainda assim, não há como negar o fato de que essas referências são realmente escassas, mas sua presença está longe de ter um valor insignificante.

Na leitura desses ensaios críticos publicados entre 1928 e 1934, fica claramente demonstrado o quanto essas mulheres intelectualizadas, escritoras, literatas, muitas delas profissionais liberais, acompa-

⁶ Informações detalhadas sobre essa pesquisa podem ser encontradas na dissertação “Feminismo Ideal e Sadio” (RANGEL, 2011).

nharam a evolução dos fatos abrangendo os esforços de equiparação política, econômica e jurídica entre homens e mulheres. Elas revelaram ter pleno conhecimento da causa e procuraram retocar questões que julgavam pouco aprofundadas pelo movimento feminista “oficial”. Assim, temas que remontavam à situação degradante da educação da mulher ou apontando para a regulamentação do trabalho assalariado feminino, e mesmo o tão problemático debate a respeito dos seus direitos políticos, recheavam a maior parte de suas ponderações. E, vistas em conjunto, essas referências indicam a existência de certas peculiaridades nos discursos das feministas capixabas.

As múltiplas vozes feministas e suas particularidades no Espírito Santo

Conclusões apressadas poderiam fazer pensar que o feminismo no Espírito Santo se deu como uma manifestação homogênea, reunindo mulheres da elite capixaba em torno de ideias semelhantes sobre o que era e como deveriam ocorrer as lutas feministas no contexto em que viviam. Mas essa é uma armadilha. Uma pesquisa mais aprofundada revela pontos de vista bastante heterogêneos, que seguem paralelo ao que várias pesquisas constataram acerca do movimento feminista no Brasil: que ele não foi nem coeso, nem uniforme e, sim, expressou-se de “diferentes formas, com diferentes graus de radicalidade e mesmo com diferentes ideologias” (PINTO, 2003, p. 38). De acordo com as informações analisadas, o feminismo que circulou pelas vozes de mulheres que escreviam e publicavam na imprensa do Espírito Santo, e que se mobilizavam em diferentes grupos e instituições, durante as décadas de 1920 e 1930, também se caracterizou como um movimento de múltiplas formas e objetivos, uma manifestação fragmentada e heterogênea.⁷

⁷ Céli Regina Pinto analisa a trajetória do feminismo no Brasil nos

A pesquisa aos artigos escritos por essas intelectuais revelou a presença de ao menos três vertentes discursivas que disputavam espaço: o feminismo que convencionamos chamar de “ideal e sadio”, dotado de um discurso moderado; o feminismo de esquerda, mais controverso e com certo grau de “radicalidade” no modo como enfrentava a problemática da submissão da mulher; e o feminismo difuso, que costumava transitar por diferentes temas dentro do debate e era composto por mulheres que não atuavam em grupos ou partidos ou organizações de nenhum tipo. Embora essas vertentes coexistissem, até mesmo dialogassem em alguns aspectos, houve a preponderância do feminismo de viés moderado, muito mais atento para a construção de um discurso apaziguador e de pouco enfrentamento. Esse feminismo sobressaiu tanto nas páginas da revista, quanto fora dela, sendo o mais aceito e o que teve maior projeção, consolidando-se a partir dos anos 1930, com o avanço da campanha pelo sufrágio feminino, que reverberou no Espírito Santo com a fundação, em Vitória, de uma filial da principal organização feminista do período, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF).

O feminismo no Espírito Santo, como demonstrado até aqui, na ausência de organizações representativas, se fez notar especialmente por meio dos discursos produzidos na imprensa. Foi particularmente com a publicação de artigos nos meios de comunicação que os feminismos capixabas se materializaram como linguagem. Uma linguagem dispersa, múltipla, porém tangível, construindo a partir da palavra escrita uma noção própria do conceito, bem como um sentido específico para as ideias e as práticas envolvendo o que era e o que implicava “ser feminista”.

seguintes termos: “escrever uma história do feminismo no Brasil é uma tarefa bastante peculiar... [pois] tem sido por natureza um movimento fragmentado, com múltiplas manifestações, objetivos e pretensões diversas”. Além disso, faz questão de salientar que a chamada primeira fase do feminismo, que começou ainda no século XIX e estendeu-se pelas três primeiras décadas do século XX, se caracterizou por um conjunto diverso de manifestações, algumas organizadas, “outras vezes solitárias de mulheres que se rebelam contra as condições em que viviam na época” (PINTO, 2003, p. 14).

Dentre as principais expoentes que tiveram suas falas vinculadas às três correntes feministas, destacamos os nomes de Judith Leão Castello, Maria Stella de Novaes, Guilly Furtado Bandeira, Haydée Nicolussi e Lídia Besouchet. Por meio da trajetória de vida e de formação de muitas delas é possível traçar a maneira gradual com que o feminismo ganhou relevância no cenário capixaba. Nesta última parte, analisaremos a produção escrita por algumas dessas mulheres, buscando caracterizar cada vertente, bem como as diferenças e variáveis entre elas.

Não totalmente na contramão do feminismo moderado, mas com diferenças marcantes, as vertentes difusa e de esquerda constituíram, por assim dizer, a face menos comportada dos feminismos no Espírito Santo. Representadas por mulheres com ideias que iam mais longe nas críticas à sociedade patriarcal, uma importante diferença que as separavam do grupo que adotava um tom mais brando era o fato de não se apoiarem em preceitos religiosos, largamente utilizados pelas adeptas de um feminismo “ideal e sadio”. Evitando criar retóricas que desafiassem as normas de gênero mais a fundo, as mulheres capixabas que flertavam com certas visões conservadoras chegavam mesmo a se aproximar, de uma maneira um tanto ambígua, de uma corrente católica do feminismo que, de acordo com Susan Besse (1999, p. 203), enfatizava que o feminismo “era fruto não de desejos revolucionários, mas de instintos [...] de preservação e reconstrução da moralidade”.

Outro elemento que as distinguiam colocava em foco suas divergências a respeito da campanha sufragista na luta pelos direitos políticos das mulheres, defendida como principal meta pelas feministas moderadas. Outro ponto se relacionava ainda à estratégia conciliatória que o grupo hegemônico adotava e que era visto com desconfiança pelas duas outras vertentes, adeptas de abordagens mais diretas. Tais dessemelhanças entre os discursos feministas das intelectuais capixabas fazem desmoronar qualquer aparência de consenso.

A cronista, poeta e jornalista Guilly Furtado

Bandeira⁸, uma das representantes do feminismo difuso, permaneceu firme nas discussões que promoveu sobre o feminismo e sobre o debate sufragista. Essa escritora foi a que contribuiu por mais vezes na *Vida Capichaba*, somando, de 1924 a 1934, mais de quarenta registros de sua presença, assinando crônicas, ensaios, poemas e contos. Ao responder um questionário que circulou no ano de 1925, especificamente sobre o que ela pensava do feminismo, disse que o entendia como “um movimento necessário para transmutar a mulher *coisa, objecto de uso*, no indivíduo livre, consciente e responsável, capaz de ser a *companheira* do homem moderno e a *factora* da geração de amanhã” (*Vida Capichaba*, n. 50, julho de 1925).

Guilly Furtado Bandeira tomava o assunto pela via filosófica liberal, responsável pela noção política do conceito moderno de indivíduo, e também por uma moral positivista, que apregoava ser a mulher a catalisadora do progresso, a educadora das gerações futuras e a colaboradora do homem nas lidas diárias pela sobrevivência. A sua crença numa tradição republicana democrática, que deveria incluir as mulheres como cidadãs, na medida em que, como indivíduos, elas também eram dotadas de direitos, perpassou igualmente a resposta que deu à pergunta sobre os direitos políticos das mulheres feita em outro questionário que a revista veiculou no ano de 1927. Para ela, os direitos políticos da mulher se justificavam “simplesmente no *voto secreto*...” (*Vida Capichaba*, n. 98, agosto de 1927). Sua sucinta resposta e menção ao “voto secreto” entra em sintonia com o debate que, já naquele ano, agitava a discussão sobre a necessidade de se formular um Código Eleitoral no Brasil, o qual deveria aprimorar os mecanismos legais das eleições e ampliar as próprias bases do já instituído voto universal e direto.

⁸ Guilly Furtado Bandeira estreou como escritora no ano de 1913, quando vivia na cidade de Belém com a família. Atuou como jornalista e publicou diversos trabalhos de poesia no jornal *A Província do Pará*. Com 23 anos, foi fundadora e membro da Academia de Letras do Pará, fato que lhe rendeu notoriedade por ser a única mulher entre os acadêmicos paraenses, e na própria história das Academias de Letras, no Brasil, as quais, por tradição e discriminação não aceitavam mulheres como membros permanentes ou no quadro de associados (RIBEIRO, 1998).

Em artigo publicado em abril de 1928, intitulado “A Mulher e o Voto”, Guilly Furtado Bandeira aprimora seu discurso. Nesse texto, ela busca esclarecer sua posição política sobre o feminismo, começando com uma referência ao “corajoso e afoito” Rio Grande do Norte que, em 1927, havia agitado o cenário das lutas sufragistas com a concessão do “direito patriótico do voto” às mulheres. O voto foi apenas um pretexto para que Guilly interviesse naquele momento, trazendo à baila questões urgentes que a incomodavam mais do que às relativas aos direitos políticos das mulheres:

Indago dos homens conscientes e doutos de minha terra: Acaso a Nação é apanágio exclusivo do homem? No evoluir progressista do século do rádio, um espírito verdadeiramente superior cogitará ainda da questão minúscula da sexualidade, quando não mais carecem de importância os gêneros e apenas se visa o indivíduo e suas aptidões? A mulher, mais do que o homem, constitui esse templo que é a *Família*: núcleo da sociedade [...]. Se, porém, tal mulher, essa mãe, for atrasada e sem educação (física, moral, intelectual ou cívica) [...] que será dos filhos dessa mãe [...]. Embora uma vitória empírica, o direito do voto feminino abre uma clareira de civilização entre nós [...]. Entretanto, ter-se-ia, assim, decapitado a cabeça integral dessa hydra terrível: o preconceito? (*Vida Capichaba*, n. 119, abril de 1928).

O trecho permite inferir algumas interpretações. Mas, para nós o que chama a atenção é a forma com que a escritora maneja os argumentos a respeito de uma cidadania específica da mulher, em que atribui uma função social à maternidade, com um discurso que visa justamente inverter esse lugar destinado à mulher por uma sociedade hegemonicamente masculina. A exemplo de outras feministas, suas contemporâneas, Guilly subverte o panegírico romântico da imagem da “mãe” para dedicar-lhe um fim prático, que é o de “transformar a maternidade, o traço mais significativo e simbólico da mulher, numa

justificativa” (SCOTT, 2002, p. 126) para a desobstrução do acesso das mulheres à educação, à participação política, à igualdade legal de direitos e deveres, enfim, à cidadania plena.

Além disso, sua fala traz a ideia de que a mulher detém poderes difusos e periféricos, exercidos principalmente na esfera da vida privada, no âmbito das relações interpessoais. O que aparece como uma estratégia legitimadora, pois mostra a presença da mulher e sua influência no domínio público independente de os homens as reconhecerem como cidadãs de direito. Todavia, é por meio do argumento de que as mulheres têm poderes, exercidos através de recursos refinados (PERROT, 1988), que Guilly põe à prova a noção de que a conquista dos direitos políticos seria suficiente para colocar a mulher numa situação de indivíduo emancipado. Começa a ficar claro que o feminismo defendido por Guilly Furtado Bandeira não depositava na luta pelo voto a posição dianteira para a melhoria nas condições de vida das mulheres. Segundo era de sua opinião: de que adiantaria o direito de ir às urnas se a mulher continuava desprotegida legalmente?

Outras jovens escritoras também ganharam visibilidade e prestígio publicando na revista, escrevendo sobre temas variados. É o caso de Haydée Nicolussi. Diferente de Guilly Furtado Bandeira, que deixou forte impressão da solidez das suas ideias a respeito de assuntos polêmicos à época, Haydée transitou por várias fases e falava abertamente sobre os conflitos que vivia (RIBEIRO, 2005). Criada em um contexto católico conservador, reforçado pela influência em sua formação do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, uma escola dirigida por religiosas vicentinas onde foi aluna, Haydée saiu de uma fase em que dizia desprezar os direitos políticos das mulheres para outra em que passou a denunciar o seu lugar subalterno até a fase em que a política tomou enorme dimensão em sua vida, tempo em que integrou a resistência de esquerda ao governo Vargas, nos anos 1930, voltando, depois dessa experiência, a revelar inclinações cristãs e uma vocação mais tímida e reclusa.

As mudanças ideológicas e políticas pelas quais passou a escritora Haydée Nicolussi durante sua juventude são perceptíveis numa passagem relativamente curta de tempo. Entre 1927, quando responde pela segunda vez ao questionário, reiterando as convicções apresentadas na enquete de dois anos atrás, e 1931, quando publica o artigo “Nihilismo”, surpreende a diferença com que concebe nesses momentos distintos e não tão distantes o tema dos direitos e das lutas das mulheres por maior protagonismo. No primeiro momento, disse considerar o feminismo “um grande movimento evolucionista, necessário ao aperfeiçoamento da mulher na sociedade”, mas, contraditoriamente, afirmou desacreditar na vocação feminina para atuar na política. Segundo suas palavras,

O melhor *direito político* da mulher é fazer do seu lar um templo, de si mesma uma deusa, do seu marido um sacerdote e de seus filhos homens, e, sobretudo, não esquecer que a rua é o “inferno sempre calçado de boas intenções”. Essa é a melhor maneira de ella servir, politicamente, à pátria (*Vida Capichaba*, n. 100, setembro de 1927).

A escritora dá sua opinião fundamentada nas fronteiras de gênero que entendia como naturais, as quais definiam lugares claramente distintos ocupados por homens e mulheres, situados cada qual em posições dicotômicas e complementares. E, no caso, a política, que as mulheres reivindicavam participar, era reduto dos homens e privilégio masculino, dado por sua condição de nascimento. Às mulheres cabia a virtude do cuidado, do recato, da vida doméstica e prendada no casamento. A cadência do seu discurso muda de um conformismo obediente e carregado de essencialismos de gênero para uma postura opoente que deixa de comungar com a maior parte das ideias tradicionais que vinham de sua formação familiar, escolar, social e religiosa. No trecho a seguir, Haydée abandona certas convenções e se rebela contra a naturalização e a normatização do destino

restrito e da condição explorada e subserviente da mulher, e questiona os papéis de gênero, já que

O problema mais completo do momento para a nossa geração em guerra com todas as gerações passadas, visa abertamente [...], através de todos os ramos da arte e da ciência, amparar o instinto economista de cada ser no quadro transitório e absorvente da vida. Mesmo a própria Mulher, escrava de todos os tempos, interdicta ainda por mil e uma con... (eu ia dizer complexos) condições, já penetrou todo o amago da engrenagem, embora enlaçada no meio da corda que os homens puxam de cada lado, não saiba se libertar de sua própria tortura interior (*Vida Capichaba*, n. 264, fevereiro de 1931).

De acordo com Francisco Aurélio Ribeiro (2005, p. 48), é por volta do ano de 1928 que Haydée Nicolussi começou a apresentar traços conflitantes em sua produção literária. A partir desse momento, teria manifestado um transitório estado de espírito, intercalando antigas crenças religiosas com novas referências sociais e políticas. Assim, “influenciada pelas leituras marxistas”, Haydée viu seus “valores pequeno-burgueses ameaçados”. Ela vivia uma verdadeira “encruzilhada ideológica entre os valores da infância [...] e os questionamentos da realidade” (2005, p. 77), de modo que, nos anos 1930, o que era apenas circunstancial passou a impregnar todo o seu trabalho e a sua vida. Seus discursos se tornaram mais contestatórios. O próprio artigo que acabamos de citar, intitulado “Nihilismo”, publicado em 1931, é um indício forte dessa sua transformação, indicando a presença de princípios que colocavam à prova todas as “verdades” que haviam assentado a sua personalidade até ali. Nesse momento, Haydée abandonou a imagem santificada da mulher, seu destino de sacrifício e sua sina passiva, para assumir a consciência de que a mulher era um ser oprimido por um sistema muito antigo e eficiente, calcado na hegemonia patriarcal.

Crítica do feminismo moderado e da pauta sufragista, Lídia Besouchet, que foi amiga de Haydée

Nicolussi desde jovem e com quem militou junto nas fileiras da esquerda comunista, ponto, a partir de onde, seus destinos se bifurcaram, foi a principal representante do feminismo de esquerda no Espírito Santo. Dos artigos que escreveu para a *Vida Capichaba*, tratando dessa temática, buscou ser incisiva na crítica aos valores burgueses e às invisibilidades de classe que perpassavam os esforços das mulheres de uma elite econômica e social, cegas às mazelas das mulheres pobres e trabalhadoras do país. Essa particularidade no discurso de Lídia Besouchet revela as bases de sua orientação político-ideológica e a influência que o pensamento de esquerda exerceu no modo como formulou um ideal feminista próprio, entrelaçado à sua militância.⁹ Isso está inscrito na associação que faz entre a luta das mulheres e a luta de classes, em como a transformação social no plano econômico dependia de mudanças também no plano cultural, mudanças que pusessem fim às restrições imputadas às mulheres por uma sociedade opressora, que as condenava a viver “dóceis” no ambiente doméstico ou exploradas dentro e fora de casa.

Em 15 de março de 1932, Lídia Besouchet assinou um artigo a que deu o título “Feminismo”. Ela havia se tornado colaboradora da revista *Vida Capichaba* no ano anterior e desde então publicara vários textos e, em alguns deles imprimiu sinais da sua expectativa em relação ao futuro das mulheres e deixou marcas do que pensava a respeito do movimento das sufragistas, que atingia o ápice da sua mobilização naquele tempo. Lídia escreveu o artigo “Feminismo” em meio à comoção gerada pelo decreto que criou o Código Eleitoral que, dentre outras medidas, pas-

sava a assegurar o voto feminino. A escritora não menciona o fato de o direito ter sido garantido de maneira restritiva, apenas às mulheres casadas, desde que autorizadas pelos maridos, e às mulheres solteiras e viúvas com renda própria. Seu objetivo era problematizar a relevância da conquista no contexto brasileiro. Para ela, a concessão dos direitos políticos às mulheres era decisão precoce, pois acreditava que de modo geral as mulheres não estavam preparadas para exercê-los. Era necessário que antes, as brasileiras se conscientizassem da importância de tais direitos e, para isso, deveriam conquistar espaços de trabalho que lhes dessem independência, possibilitando enxergar o drama da sua “tragédia biológica”. Assim, argumentava que

O direito de voto corresponde a uma necessidade consciente, exigido por quem tem o direito de exigir. Entre nós, a coisa não se passa do mesmo modo [...]. É como se vê, uma resolução de cima para baixo, caso talvez único na história dos povos.... Não se pode, porém negar que o governo agiu na melhor das intenções. Elle pretende, concedendo semelhante favor á mulher brasileira, dar-lhe consciencia deste direito [...]. Votar!... A mulher brasileira vive ainda na pior das escravidões: aquella que desconhece a sua qualidade de escrava, ainda a “preza” que nega ser propriedade do homem, ou a criada que se orgulha de servir ao seu amo ou senhor [...]. Assim, a mulher brasileira depois de ganhar graciosamente aquillo que custa ás suas companheiras dos outros paizes annos de lucta continua sem saber o que faça de tão lindo brinquedo (*Vida Capichaba*, n. 312, março de 1932).

A crítica de Lídia Besouchet, feita enquanto se comemorava em amplos setores o direito conquistado das mulheres de votar, segue uma linha de pensamento que ignora a longa luta das brasileiras pelo sufrágio. Ao atribuir ao governo o beneplácito da concessão apagou toda uma história combativa das mulheres por direitos políticos em campanhas e mo-

bilizações que começaram no século XIX e que chegaram, quase meio século depois, aos anos 1920, com a luta organizada de Bertha Lutz à frente da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, movimento que atingiu repercussão nacional com filiais fundadas em vários Estados¹⁰. No Espírito Santo, uma filial dessa organização foi fundada no ano de 1933 por representantes de uma corrente moderada no espectro das vozes feministas identificadas na imprensa. A Federação Espírito-Santense pelo Progresso Feminino (FESPF) reuniu nomes como o de Maria Stella de Novaes, Silvia Meireles da Silva Santos, Indá Soares, Julia Lacourt Pena e Judith Leão Castello, nomes de reputação no cenário cultural capixaba.

A entrada oficial no movimento feminista organizado rendeu ao grupo de adeptas do que chamamos feminismo “ideal e sadio” uma posição dianteira em comparação aos outros investimentos feministas que circularam na *Vida Capichaba*. Foi muito por conta dessa filiação, promovida no último suspiro da luta sufragista, ou melhor, no momento decisivo dessa luta, que a liderança feminista capixaba conseguiu abrir caminho na política local e conseguiu, na mesma medida, alcançar o reconhecimento que a muitas outras foi vedado. São dois casos exemplares que ilustram bem a desenvoltura social e política que continuaram a alcançar as escritoras e intelectuais que estiveram engajadas na campanha pela consolidação dos direitos políticos das mulheres no Espírito Santo: a vitória eleitoral de Judith Leão Castello para o poder legislativo estadual e a fundação, quinze anos mais tarde, da Academia Feminina Espírito-Santense de Letras. Embora Judith Castello só tenha tomado posse da cadeira de deputada, em 1947, sua campanha e eleição, ocorridas em 1933, demonstram o quanto a sua posição de liderança no movimento

feminista capixaba influenciou no capital político que a elegeu em seguida.¹¹ Com um discurso ufanista, Judith Leão Castello defendeu a presença da mulher na política, e em outras áreas notórias de atuação pública, escrevendo textos para a *Vida Capichaba*. Para ela, a luta pelo voto não deveria ser confundida com causas rebeldes de emancipação, uma vez que era uma luta que pretendia permitir às mulheres cooperar com os homens na defesa da nação. Em seu artigo “A Mulher e o Voto”, ela vai definindo o que acreditava ser a missão da mulher apta a defender um feminismo livre de escândalos e moralmente aceitável. Segundo ela,

O bom feminismo não impede que amemos o nosso lar mais do que a rua, que tenhamos o gosto estético nas mínimas cousas que nos cercam. Não faz da mulher um tipo esquisito no vestir, no falar, no andar. Consiste em sermos a companheira do homem na vida, em nível igual [...]. Si o homem ao lado dos seus direitos políticos tem os seus deveres cívicos... também á mulher que prega a sua causa, pugnando pelos direitos políticos, deve por um principio de equidade lembrar-se de alguns deveres para si. È preciso que prestemos também serviços obrigatórios à Pátria (*Vida Capichaba*, n. 301, novembro de 1931).

A noção de complementaridade que aparece na fala de Judith Leão Castello, usada para justificar a igualdade política entre os sexos, e a ideia de que a reivindicação de direitos pelas mulheres deveria passar pelo cumprimento dos seus deveres, são estratégias retóricas muito similares àquelas que apareciam nos discursos das líderes da FBPF. Segundo Rachel Soihet (2006, p. 105), ao expor os motivos da importância do voto feminino, Bertha Lutz elegeu como importante argumento aquele que dizia que o

9 Em 1935, Lídia Besouchet ajudou a fundar uma organização feminista de esquerda chamada União Feminina do Brasil (UFB), formada por grande número de mulheres que militavam no Partido Comunista e na Aliança Nacional Libertadora (ANL). A UFB durou pouco tempo, logo foi desmantelada pela polícia política, que agia na repressão às dissidências ao governo Vargas. Durante o tempo em que funcionou legalmente realizou importante contraponto no debate público ao feminismo liberal capitaneado por Bertha Lutz e a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF). Para saber mais sobre a história da UFB e o embate entre as duas vertentes feministas, indicamos a leitura do tópico “As jovens turcas da União Feminina do Brasil” em RANGEL, 2019.

10 Essa política de expansão da FBPF atingiu muitos outros Estados no mesmo período. Uma filiação pernambucana foi fundada em 1931, ano em que as feministas baianas instalaram o seu próprio diretório da FBPF. Outras seções locais foram fundadas entre 1931 e 1933, atingindo uma rede de filiação que alcançou feministas de Goiás, Paraíba, Minas Gerais e outras regiões (ARAÚJO, 2003).

11 De acordo com Susan Besse (1999, p. 197), “para grande número de mulheres, uma posição de liderança na FBPF serviu como campo de treinamento para posterior ingresso na política municipal, estadual ou nacional”.

exercício do sufrágio era mais um dever das futuras eleitoras “para com a Nação do que um direito, devendo tanto as mulheres como os homens cumprir livremente essa obrigação”. Ainda de acordo com Soihet, essa era uma arguta peça política para se esquivar dos ataques num meio hostil aos anseios de emancipação das mulheres. Também Judith Leão Castello e as representantes da FBPF no Espírito Santo adotaram essa estratégia, não sem resignificá-la. Uma particularidade fácil de identificar, por exemplo, no discurso de Judith Leão Castello, e que difere do modo como Bertha Lutz se posicionava, tem a ver com a associação que a capixaba fazia entre feminismo e religião. Bertha Lutz, mesmo mantendo uma relação diplomática com a Igreja Católica, não misturou ao seu feminismo princípios religiosos cristãos. Contudo, a líder da Federação sabia que era preciso construir a sua tática com muita cautela para não ferir a crença de grande parte de suas associadas (católicas praticantes), evitando, com isso, dispersar o apoio que recebia de mulheres de várias partes do Brasil em defesa das causas feministas.

De maneira decisiva, Judith Leão Castello ajudou a propagar na opinião pública capixaba, nos círculos das elites locais e entre as mulheres desse núcleo, um modelo hegemônico de feminismo considerado “ideal”, o qual se contrapunha aos chamados “feminismos rebeldes”. De fato, as feministas capixabas ligadas às vertentes difusas e de esquerda não compartilharam do entusiasmo em torno do sufrágio feminino e abriram outras janelas de debate, entrando em temas como o divórcio, as violências físicas e os assassinatos de mulheres, a prostituição, as carências das mulheres pobres e trabalhadoras, oferecendo um leque mais complexo de possibilidades sobre a realidade vivida por mulheres de diferentes extratos sociais, ainda que sem aprofundar tais discussões. Portanto, o que se verifica é que as várias vozes do feminismo que se manifestaram na imprensa construíram pautas feministas heterogêneas, para além do voto, as quais foram não só inovadoras como, em alguns casos, até ultrajantes para a época.

Referências bibliográficas

- ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. O voto de saias: a Constituinte de 1934 e a participação das mulheres na política. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 49, 2003.
- BESSE, Susan K. *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.
- BUITONI, Dulcília. *Imprensa Feminina*. São Paulo: Editora Ática, 1986.
- CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica). *Cadernos Pagu*, n. 4, p. 37-47, 1995.
- DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 151-172, 2003.
- FLEURY, Karina de Rezende Tavares. *Alma de flor. Maria Antonieta Tatagiba: vida e obra*. Vitória: Academia Espírito-santense de Letras; Editora Formar; Secretaria Municipal de Cultura, 2007.
- HAHNER, June. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas 1850-1937*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. 2ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2006.
- MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em Revista: Imprensa e Práticas Culturais em Tempos de República. São Paulo (1890-1922)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2008.
- MESQUITA, Letícia Nassar Matos. *A produção literária feminina nos jornais capixabas na segunda metade do século XIX: a revelação de Adelina Lírio*. Vitória: IHGES, 1999.
- MUZART, Zahidé Lupinacci. Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX. *Revista Estudos Feministas*, v. 11, n. 1, p. 225-233, 2003.
- NADER, Maria Beatriz. *Mulher: do destino biológico ao destino social*. 2ª ed. rev. Vitória: Edufes/ Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2001.
- PEREIRA, Heráclito Amâncio. A Imprensa no Espírito Santo. *Revista de Cultura Ufes*, ano I, n. 2, jan./jun. 1979.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- PRIORE, Mary Del. História das mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. 6ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2007.
- RANGEL, Lívía de Azevedo Silveira. *Feminismo Ideal e Sadio: os discursos feministas nas vozes das mulheres intelectuais capixabas. Vitória/ES (1924-1934)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas). Universidade Federal do Espírito Santo, 2011.
- _____. *Intelectuais fronteiriços. Lídia Besouchet e Newton Freitas: exílio, engajamento político e mediações culturais entre o Brasil e a*

Argentina (1938-1950). Jundiaí: Paco Editorial, 2019.

RIBEIRO, Francisco Aurelio. Guilly Furtado Bandeira, uma capixaba pioneira na Academia. *Revista da Academia Espírito-santense de Letras*, Vitória, vol. I, 1998.

_____. *Antologia de escritoras capixabas*. Vitória: Centro de Estudos Gerais, Departamento de Línguas e Letras, 1998.

_____. *Haydée Nicolussi: Poeta, Revolucionária e Romântica*. Vitória: Academia Espírito-santense de Letras, Prefeitura Municipal de Vitória, 2005.

SCOTT, Joan. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2002.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: REMOND, René (org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

SOIHET, Rachel. *O feminismo tático de Bertha Lutz*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das Mulheres no Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.

